

ACERVOS DIGITAIS E O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO: UMA NOVA PRESENÇA DO PASSADO A PARTIR DE PAULA DE SEQUEIRA E WILLIAM SHAKESPEARE

COLECCIONES DIGITALES Y EL TRIBUNAL DO SANTO OFFICIO: UNA NUEVA PRESENCIA DEL PASADO DE PAULA DE SEQUEIRA Y WILLIAM SHAKESPEARE

DIGITAL COLLECTIONS AND THE TRIBUNAL DO SANTO OFFICIO: A NEW PRESENCE FROM THE PAST FROM PAULA DE SEQUEIRA AND WILLIAM SHAKESPEARE

ALMEIDA, ELIZAMA

Doutoranda em Materialidades da Literatura pela Universidade de Coimbra, Portugal, Mestre em Literatura, cultura e contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: ruafrutapao@gmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8820-8134>

RESUMO

O presente artigo se articula em dois níveis. Um deles compreende a obra *Los siete libros de Diana*, de Jorge de Montemayor publicada em 1559 e proibida pela Inquisição. A partir de uma pesquisa atenta, verifica-se que tal publicação está na dobra entre o dramaturgo inglês William Shakespeare, que usou a história como base para sua peça “Os dois cavalheiros de Verona”, e a lisboeta Paula de Sequeira, condenada pelo Tribunal do Santo Ofício pelo crime de “leitura proibida”. O livro é o ponto que une essas duas biografias distintas, apesar de coetâneas, e a leitura de *Diana* provoca diferentes resultados. Aproximando o cenário desses três perfis distantes - Paula, Shakespeare e Montemayor -, o artigo dá um salto a fim de refletir sobre acervos digitais e historiografia. Atualmente estão disponibilizadas diferentes versões do romance pastoril, assim uma vasta documentação referente à Inquisição, sobretudo no Arquivo Nacional Torre do Tombo, no qual se encontra o processo contra Paula de Sequeira. Pela via das bases de dados, a revisitação ao passado desafia a reativação de personagens tanto conhecidos quanto anônimos, ao mesmo tempo em que pede a interrogação do próprio meio em que tal tecnologia está inserida. Ao disponibilizarem suas coleções *online*, arquivos e bibliotecas, que por muito tempo ocupavam apenas espaços físicos, têm reconfigurado certos gestos de pesquisa. Um deles é precisamente a conversão de tais espaços de memória em espaços de produção de pensamento e criação de subjetividades por meio da digitalização.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos digitais; Paula de Sequeira; Arquivo Nacional Torre do Tombo; *Los siete libros de Diana*; representação digital

RESUMEN

Este artículo se articula en dos niveles. Uno de ellos comprende la obra *Los siete libros de Diana*, de Jorge de Montemayor, publicada en 1559 y proscrita por la Inquisición. De una cuidadosa investigación, parece que esta publicación está en el redil entre el dramaturgo inglés William Shakespeare, que utilizó la historia como base para su obra “Os dois cavalheiros de Verona”, y la lisboeta Paula de Sequeira, condenada por el brasileño Tribunal de Justicia del Santo Oficio por el delito de “lectura prohibida”. El libro es el punto que une estas dos biografías diferentes, a pesar de ser contemporáneas, y la lectura de *Diana* trae resultados diferentes. Abordando el escenario de estos tres perfiles distantes -Paula, Shakespeare y Montemayor-, el artículo da un salto para reflexionar sobre los acervos digitales y la historiografía. Actualmente se encuentran disponibles diferentes versiones de la novela pastoril, así como una amplia documentación sobre la Inquisición, especialmente en el Archivo Nacional Torre do Tombo, donde se encuentra el caso contra Paula de Sequeira. A través de las bases de datos, visitar el pasado desafiaba la reactivación de personajes tanto conocidos como anónimos, al mismo tiempo que pide el cuestionamiento del entorno mismo en el que se inserta tal tecnología. Al poner sus colecciones a disposición en línea, los archivos y las bibliotecas, que durante mucho tiempo ocuparon únicamente espacios físicos, han reconfigurado ciertos gestos de investigación. Uno de ellos es precisamente la conversión de tales espacios de memoria en espacios de producción de pensamiento y creación de subjetividades a través de la digitalización.

PALABRAS CLAVES: Colecciones Digitales; Paula de Sequeira; Archivo Nacional Torre do Tombo; los libros de Diana; representación digital

ABSTRACT

This article is divided into two levels. One of them is about *los siete libros de diana*, written by jorge de montemayor published in 1559 and prohibited by the inquisition. Such publication is in the tie between the english playwright william shakespeare, who used it as the basis for his play “the two gentlemen of verona”, and the lisbon woman paula de sequeira, condemned by the court of the holy office for the crime of “forbidden reading”. The book is the point that unites these two distinct biographies, although contemporary, but the reading *diana* provokes different results. Approaching these three profiles - paula, shakespeare and montemayor -, the article takes a leap in order to reflect about digital collections and historiography. Currently, different versions of the pastoral novel are available, as well as an extensive documentation regarding the inquisition, especially in the torre do tombo national archives, in which the lawsuit against paula de sequeira can be found. Through the databases, revisiting the past could reactivate characters, but also requires issues about his own technology environment. By making their collections available online, archives and libraries, which for a long time only occupied physical spaces, have reconfigured certain research gestures. One is precisely the conversion of such spaces of memory into spaces for the production of thought and the creation of subjectivities through digitization.

KEYWORDS: Digital collections; Paula de Sequeira; Torre do Tombo National Archives; Diana's siete libros; digital representation.



AO MESMO TEMPO

Este artigo apresenta dois efeitos distintos a partir da leitura de *Los siete libros de Diana* (1559), publicação Jorge de Montemayor, proibido pela Inquisição. A primeira análise se relaciona a Paula de Sequeira, lisboeta que morava na Bahia, condenada duas vezes pelo Tribunal do Santo Ofício. Em uma dessas, em 1591, é acusada pelo crime de “leitura proibida” e “sodomia”. A segunda análise a qual se veicula *Los siete libros de Diana*, mais ou menos contemporânea à condenação de Paula de Sequeira, se relaciona a William Shakespeare que teria usado o livro proibido, *Diana*, como inspiração para escrita da peça “Os dois cavalheiros de Verona”, considerada a primeira comédia romântica do dramaturgo inglês por Harold Bloom.

A aproximação entre Paula e Shakespeare – um conhecido e reconhecido em sua época e outra não apenas desconhecida, como criminosa na mesma época – não é aqui desenvolvida considerando a perspectiva da análise literária do romance em questão e sua sombra sobre a escrita da peça (trabalho já feito pelo teórico Bloom). Antes proponho uma aproximação entre a materialidade de *Los siete libros de Diana*, hoje disponibilizado em acervo digital, assim como a documentação relativa a Paula de Sequeira, abrigada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, especificamente no dossiê do Tribunal do Santo Ofício/subdossiê Inquisição de Lisboa.

Ambos funcionam como ativadores para compreender como as bases de dados, enquanto mídias tecnológicas, podem não ser apenas fontes, mas pontes documentais que permitem produzir intelectualmente a partir dos itens digitalizados. Essa revisitação ao passado – pela via do arquivo digital – convida a um duplo desafio: como reativar as histórias sem replicá-las e como reativar os espaços dos museus, das instituições de guarda e dos arquivos virtualmente.

A LEITURA PROIBIDA E A PEÇA PUBLICADA

Na virada de 1591 para 1592, a lisboeta Paula de Sequeira tinha não mais de 40 anos de idade quando foi condenada pelo Tribunal do Santo Ofício. Eram duas as acusações que pesavam sobre ela: sodomia e leitura proibida. O livro “desonesto” em questão tratava-se de *Los siete libros de Diana* [*Os sete livros de Diana*], de Jorge Montemayor, publicado em 1559.

[Paula] tanto falava sobre *Diana*, recitando-o para as amigas, que acabaria processada por tê-lo consigo. Mulher corajosa, Paula chegaria a desafiar abertamente o visitador [da inquisição], dizendo que não via razão para proibirem o livro, que tinha muito gosto de lê-lo, e por sua vontade o leria sempre, não fosse por sabê-lo “quase todo de cor”. (Vainfas, 2004: 128)

A região do Nordeste via na massiva extração do pau-brasil e na plantação da cana de açúcar – com a escravidão operando de fundo – os motores da economia brasileira. Incrustada na Baía de Todos os Santos, morava Paula de Sequeira. O estado, àquela altura, se consolidava não apenas como a porta de entrada de um país-colônia envolvido em promessas tropicais, contradições e violências, como havia sido eleito a capital econômica e política, na certa pela localização que facilitava o trânsito marítimo tanto à Europa quanto à África. O contador del Rei, responsável por reportar e gerir financeiramente os ganhos da colônia, chama-se António de Faria, marido de Paula. Essa colocação social pode ter dado a ela um maior conforto para defender sua leitura diante do Santo Ofício. No entanto, ainda que segura em sua infração, pode se supor que a notícia tenha se espalhado como um grande escândalo naquele final de século.

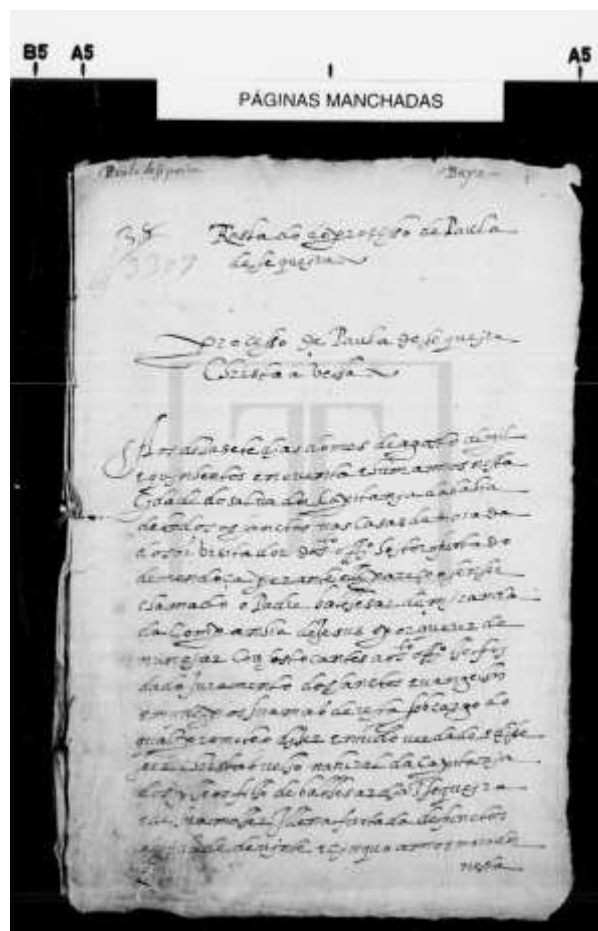
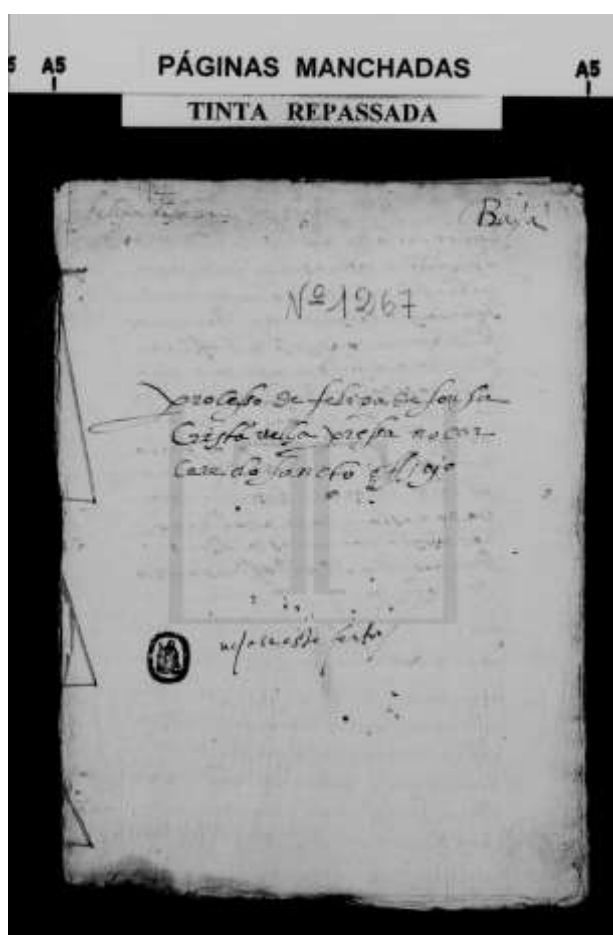
Outro aspecto biográfico de relevo é que o fato de estar civilmente comprometida não desviou Paula da paixão pela costureira Filipa de Sousa. Esta, natural de Tavira, sub-região do Algarve, por sua vez, era casada com um pedreiro, e também não sairia impune pela Inquisição, sendo acusada igualmente por sodomia. O relacionamento oculto entre as duas durou cerca de dois anos, e, em sua condenação, Filipa admitiu que com Paula trocou “muitas cartas de amores e requebros”, dando-lhe “alguns abraços e alguns beijos”. Confessa ainda que, em uma visita, Paula “lhe disse por palavras claras que fizessem o que dela pretendia”.



É possível, se quisermos alimentar um exercício de imaginação, pensar que Paula e Filipa tenham compartilhado a mesma cela na prisão, e a essa conclusão pode-se chegar por dois caminhos.

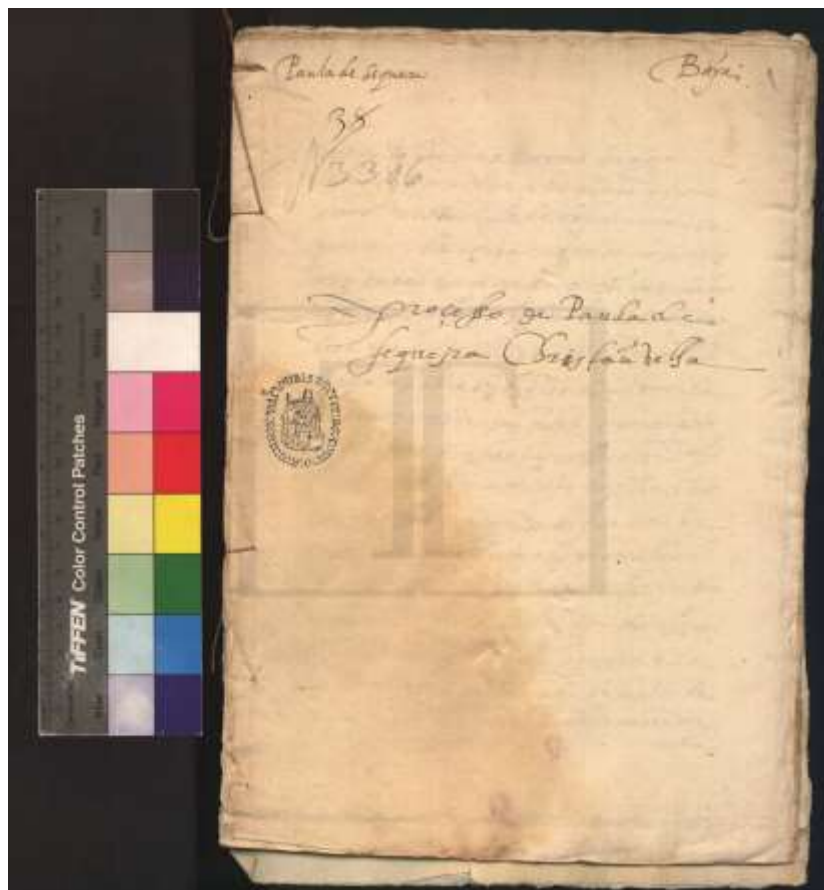
O primeiro é que ambas foram detidas em um período de tempo muito próximo. Paula de Sequeira permaneceria lá de 17 de novembro de 1591 a 26 de janeiro de 1592, enquanto Filipa de Souza, de 18 de dezembro de 1591 a 28 de janeiro de 1592. Ora, o sistema prisional ensaiaria sua consolidação apenas na segunda metade do século 18. No Brasil colônia, o cárcere era menos uma punição e mais uma custódia, em que o criminoso aguardava seu castigo¹. Nesse momento, não havia um processo criminal; antes a justiça estava estreita e pessoalmente vinculada à relação soberano-condenada, de um modo muito subjetivo – punia-se, castigava-se, encolerava-se, açoitava-se. Não é difícil supor, então, que haviam escassos cárceres estatais já que eram, dentro do esquema colonial, um espaço de passagem que dispensava organização de um estabelecimento para os “fora da lei”.

A segunda hipótese de que Paula e Filipa poderiam ter estado juntas durante a prisão reside na análise da materialidade documental. No dossiê do Tribunal do Santo Ofício, encontra-se a representação digital de seus processos. Ambos em papel muito semelhante, assim como o *modo* de registro: percebe-se que, no canto superior à esquerda, leem-se os nomes das rés, e à direita, a localização. A caligrafia também não se diferencia: a letra “P” que inicia a palavra processo é igual nas duas fichas, o que pode ser um indício de que foi, provavelmente, produzido pelo mesmo escrivão.



Reproduções dos processos de Filipa de Souza e Paula de Sequeira/ANTT

Chamo atenção para tais similaridades nesses dois documentos precisamente porque se diferenciarão do segundo processo impetrado à Paula quando, pouco mais de um ano depois, em 15 de março de 1593, voltará a ser presa pelo mesmo motivo: sodomia e leitura proibida. O inquisidor do reino, Heitor Furtado de Mendonça, visita a colônia e prossegue com novo encarceramento de Paula, "admoestada [para que] não caísse mais em tais torpezas, e foi mandada confessar e cumprir certas penitências espirituais secretas".



Reprodução do segundo processo de Paula de Sequeira/ANTT

O LIVRO OS SETE LIVROS DE DIANA

Jorge de Montemor, nascido nos arredores de Coimbra, provavelmente de família de judeus convertidos, isto é, de cristãos novos, acompanhou D. Maria e D. Joana em Castela como músico. Na Espanha, adotaria o sobrenome Montemayor. Apesar de ser impedido de “assumir cargos públicos ou eclesiásticos” por conta do seu sangue impuro, como afirma Nepomuceno (2012, p. 36), teve bom trânsito no clero, o que não lhe fazia sentir-se menos estrangeiro, deslocado.

Como se ha podido constatar, Jorge de Montemayor no tenía residencia fija. Pasó su vida de corte en corte, ora viviendo en Portugal, ora en Castilla, ora en otros puntos de la geografía española y europea. (Nepomuceno apud Llobet, 2009: 59)

É precisamente no período de 1554 a 1558, quando Montemayor participa de guerras contra o império inglês e holandês, que começa a escrever *Los siete libros de Diana*. Nesse momento, seu livro anterior, *Cancionero* (1554), já havia sido proibido em Portugal, razão suficiente para que o autor fosse banido de seu país natal. O mesmo aconteceu na Espanha. A censura nos dois países, um de nascimento e outro de eleição, reforçou o entre-lugar nacional que ocupava Montemayor – esse entre-lugar que pode ser flagrado até mesmo no idioma do romance que, embora fosse escrito em castelhano, trazia muitos trechos em português.



Considerado o primeiro romance pastoril publicado em terras espanholas, *Diana* inaugurou uma espécie de *tema literário* que contagiou contemporâneos seus, como Gaspar Gil Polo, Lope de Vega e até Cervantes, mas nem sempre de forma positiva. Deve-se notar que este último, aliás, levou *Diana* para dentro de *Dom Quixote* (1605), através da fala da personagem de um curandeiro responsável por salvar ou condenar os livros da biblioteca de Quixote. Diante da influência que as leituras poderiam exercer sobre o engenhoso fidalgo, alertado pela sobrinha, o curandeiro sugere que se arranquem certas páginas de *Los siete libros*, mas que se mantenha a parte em prosa pelo ineditismo da própria forma em relação a outros livros do mesmo tipo narrativo:

E abrindo um [dos livros], viu que era a *Diana* de Jorge Montemaior, e disse (crendo que todos eram do mesmo gênero):

— Estes não merecem ser queimados como todos os demais, porque não fazem, nem farão, os danos que os de cavalarias têm feito; são obras de entretenimento, sem prejuízo de terceiro.

— Ai senhor! — disse a sobrinha — bem os pode Vossa Mercê mandar queimar como aos outros, porque não admiraria que, depois de curado o senhor meu tio da mania dos cavaleiros, lendo agora estes se lhe metesse em cabeça fazer-se pastor, e andar-se pelos bosques e prados, cantando e tangendo; e pior fora ainda o perigo de se fazer poeta, que, segundo dizem, é enfermidade incurável e pegadiça.

— É certo o que diz esta donzela — observou o cura — e bom será tirarmos diante do nosso amigo este tropeço e azo. Começamos pela *Diana* de Montemaior. Esta sou de parecer que se não queime, bastando tirar-se-lhe tudo que trata da sábia Felícia, e da água encantada, e quase todos os versos maiores, e fique-lhe muito em paz a prosa, e a honra de ser primeiro em semelhantes livros. (Cervantes, 2005, vol. I: 45)

Dividido em verso e em prosa, *Los siete libros de Diana* contava, sobretudo, histórias de amores desencontrados entre jovens pastores e pastores que se apoiam nas artes mágicas de Felícia. A proibição inquisitorial de *Diana* parece ter funcionado como uma espécie de fósforo em floresta seca. Imputar o selo da interdição ao romance pastoril, que reunia “magia, bruxaria, necromancia, neoplatonismo, sugestões homoeróticas” (NEPOMUCENO, 2012, 45), alçou-o à intensa curiosidade.

Derrubar uma barreira é por si só algo atraente; a ação proibida adquire um sentido que não tinha antes que um terror, que dela nos afasta, a cercasse de um halo de glória. ‘Nada’, escreve Sade, ‘contém a libertinagem... a verdadeira maneira de estender e multiplicar seus desejos é querer impor-lhe limite. (BATAILLE, 2014, 72)

A publicação logrou grande sucesso, atingindo 40 edições durante o século XVI – dado que não é nada irrelevante, sobretudo considerando que é neste período que o códice manuscrito cede lugar para a impressão gráfica. França, Países Baixos, Alemanha, Inglaterra: copistas e oficinas de impressão se dedicavam a replicar *Diana*. No entanto, a fama que alcançou o romance pastoril não alcançou de igual modo o autor, Montemor, que morreu provavelmente nem em Portugal, seu lugar de nascimento, nem na Espanha, seu país por adoção, mas em uma terceira região, a Itália, encerrando a vida em uma terra estrangeira com a obra censurada e estigmatizada pela sombra da heresia.

Ao olhar pelo revisor da história, espanta perceber que o burburinho causado pela publicação deste livro em seu tempo – burburinho que culminou em castigo, estigma e punição tanto para seu autor quanto para certo público leitor – tenha arrefecimento quase ao nível do esquecimento. Atualmente, *Los siete libros de Diana* não é apenas um título quase desconhecido como está ao alcance de um clique.

Para ler o livro proibido pelo Santo Ofício, basta uma breve pesquisa na rede mundial dos computadores e, sem demora, se encontram diversas versões integrais do romance. Na [Real Academia Española](#), por exemplo, há uma edição



digitalizada de 1996 que contém um estudo preliminar, o texto em si e rico material crítico. Na [Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes](#), há 7 exemplares cujas datas de publicação variam entre 1561 e 1778. Sem se restringir ao romance pastoril, encontram-se ali também publicações inspiradas em Montemayor, de que pode ser citada *La Diana enamorada cinco libros que prosiguen los VII de Jorge de Montemayor*. Também deve-se destacar a versão fac-similar publicada em 1570 disponível na [Biblioteca Digital Luso-Brasileira](#), projeto de parceria entre a Biblioteca Nacional do Brasil e a Biblioteca Nacional de Portugal empenhado em desenvolver serviços digitais e dar acesso aos acervos históricos.

Neste ponto, introduz-se, portanto, o tema da pesquisa em arquivos digitais acompanhada de uma recente inquietação: o que acontece quando a consulta ao item documental (neste caso, o livro; no capítulo anterior, os processos de Paula de Sequeira e Filipa de Souza) não se dá em presença física, mas em ambiente virtual? Dessa indagação deriva outra: o que é possível fazer sem a materialidade do arquivo?

OUTRO UNIVERSO

Segundo o teórico camaronês Achille Mbembe, no artigo “The Power of the Archive and its Limits” (2002), o arquivo está inscrito em um “universe of the senses: a *tactile* universe because the document can be touched, a *visual* universe because it can be seen, a *cognitive* universe because it can be read and decoded” (20). De acordo com Almeida e Pereira (2020), tal dimensão sinestésica que convoca os sentidos a partir do ambiente arquivístico também se apresenta em bibliografias que tratam da relação do pesquisador com o espaço de pesquisa presencial.

Arlette Farge, no já clássico *Le Goût de l'archive*, realiza uma descrição minuciosa, olfativa, sensível, ao se debruçar sobre um arquivo judicial francês do século 18: “Été comme hiver, elle est glacée; les doigts s’engourdissent à la déchiffrer tandis qu’ils s’encrent de poussière froide au contact de son papier parchemin ou chiffon” (1997, 9). Também Walter Benjamin, em “Desempacotando minha biblioteca”, ao lidar com sua coleção de livros privados, não deixa escapar a descrição do espaço: “a desordem dos caixotes abertos à força, para o ar cheio de pó de madeira, para o chão coberto de papéis rasgados, por entre as pilhas de volumes trazidos de novo à luz do dia” (1987, 229). De ordem semelhante, Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, narra uma ida ao Museu Britânico para realizar a pesquisa sobre mulheres, ficção e pobreza, e se demora na descrição da entrada: “The swing-doors swung open; and there one stood under the vast dome. One went to the counter; one took a slip of paper; one opened a volume of the catalogue..... and the five dots here indicate five separate minutes of stupefaction, wonder and bewilderment”. (2015, 49)

Louys Hay (2003), vai argumentar de que é “para abordar o estudo de um manuscrito, é preciso começar por compreender o que significa sua presença sobre nossa mesa”; daí a necessidade de reunir prática literária e história da composição e da estrutura dos arquivos. Mas como encarar não só a proposição de Hay, como dos autores anteriores, quando o documento não está mais repousado sobre nossa mesa, mas sobre nossa tela?

Considerando os três sentidos elencados por Mbembe (tátil, visual e cognitivo), ao transferir a pesquisa presencial para a pesquisa digital se esvai o universo tátil e, aí, parece que se torna indiferente se o material consultado foi um livro, fotografia ou manuscrito. Na tela, a pesquisa virtual se transforma em uma permanente pesquisa da imagem: a imagem do livro, da fotografia, do manuscrito. Passam a ser características dos documentos informações sobre *bytes e dpis*.

Mbembe parece dizer algo similar ao professor Jerome McGann, em *Radiant Textuality: Literature after the World Wide Web* (2001). No ambiente digital, as práticas críticas baseadas na hermenêutica, isto é, no nível interpretativo, estão intactas – não há dúvida do que se pode ler na superfície do livro *Diana* ou no manuscrito do processo de Paula. Mas as práticas performativas baseadas na materialidade, na textura, se diluem: que cheiro, que vulnerabilidade tem a folha, qual o peso do livro? Ciente da complexidade da leitura em ambientes digitais, Portela (2004) defende que é necessário desenvolver um novo vocabulário crítico e configurar métodos de estudo e análise. (374)

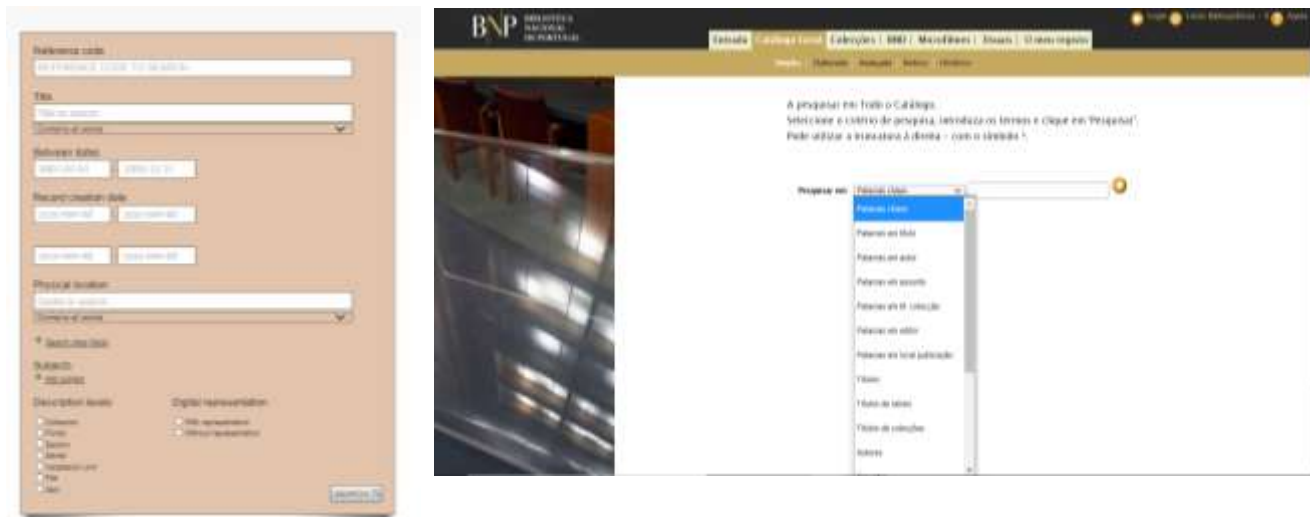
Para engrossar o coro da discussão, entra a voz de Gumbrecht na perspectiva da materialidade da comunicação, lembrando de *Discourse Network*, livro do seu colega alemão Friedrich Kittler, cuja questão reside em “descrever, analisar como a tecnologia, sobretudo a das mídias, passando pela mediação do corpo humano, transforma de forma decisiva as condições da produção intelectual”. (2004, 22) O que Gumbrecht se refere como tecnologia – termo amplo para a finalidade aqui proposta – limito a tratar como acervos digitais.

Geralmente disponibilizados em bases de dados, o desafio nesses sistemas começa pela própria interface que rapidamente se converte em um árido solo ao olho do usuário. Muitas das plataformas estão arquitetadas por diretrizes que obedecem aos interesses do museu responsável, com classificações feitas por especialistas para gestão das



coleções. Diante de campos que pouco dizem ao visitante comum como “código de referência”, “nível de descrição”, “dimensão e suporte” e “âmbito e conteúdo”, a vontade se bifurca em duas: abandonar ou encarar os metadados com coragem.

A interação com a documentação, do ponto de vista do público, fica, portanto, comprometida por um furor taxonômico que, se não vem do museu, vem das normas museológicas ou de códigos arquivísticos, tais como a NOBRADE (Normas Brasileiras de Descrição). Essa outra linguagem – a linguagem do software aliada à dos metadados – exige uma certa habilidade para organizar e filtrar os resultados da pesquisa de modo que se consiga alcançar o resultado que deseja².



Exemplos de bases de dados. À esquerda, reprodução dos campos de pesquisa do Arquivo Nacional Torre do Tombo. À direita, reprodução do campo de pesquisa da Biblioteca Nacional de Portugal

Armar-se, de algum modo, de ferramentas e perspectivas intelectuais para pesquisar a partir de acervos digitais torna-se uma capacitação necessária. Essa demanda foi acentuada, especialmente, a partir da pandemia, já que cerca de 85 mil instituições culturais tiveram de ser fechadas em 2020, o que equivale a 90% dos museus do mundo, conforme levantamento da UNESCO e ICOM. O cenário pandêmico fez grande parte das organizações assimilarem a presença em rede virtual, quando algumas por muito tempo pareceram evitar, ou, se não evitavam, usavam apenas como escoamento/reflexo das atividades presenciais. De acordo com o relatório mencionado, uma das quatro categorias de atividades que os museus passaram a desenvolver foi justamente a disponibilização de materiais previamente digitalizados³.



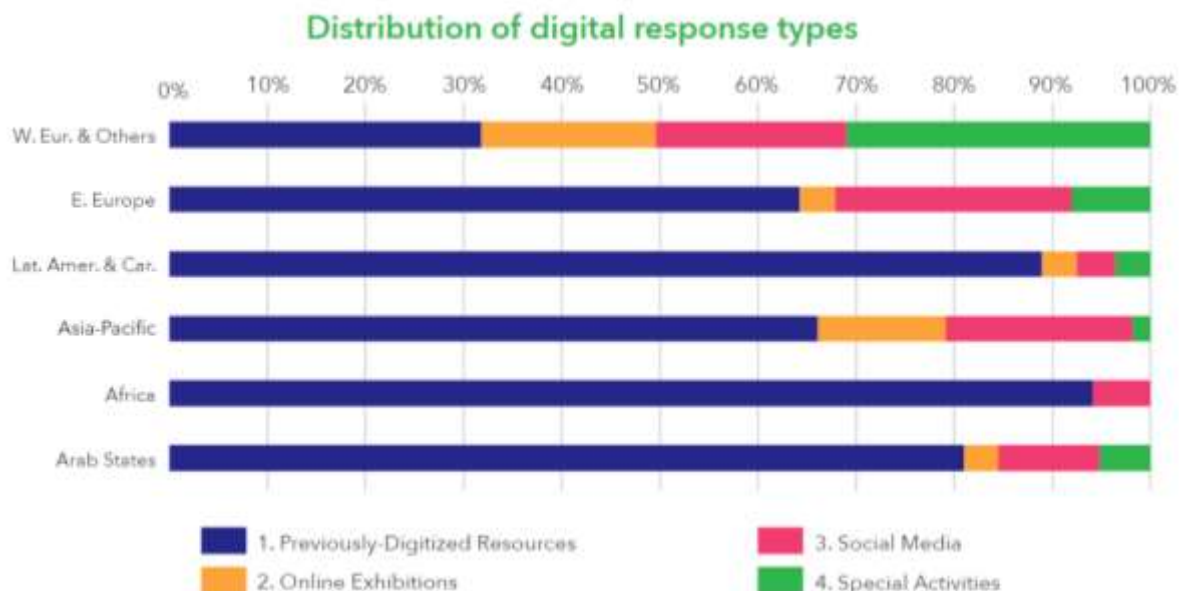


Tabela das atividades digitais de museus divididos por continentes após o início da pandemia COVID 19.

Esse contexto – o da vida em rede – pode parecer óbvio para muitas áreas, mas, no caso de arquivos e bibliotecas, é particularmente curioso porque se há um aspecto que identifica esses dois espaços parece ser determinada *atmosfera, mood e climate* que os envolve: o papel na mão enluvada, as luzes e caixas especiais, a temperatura mais baixa, e um silêncio de sepulcro. Reconhece de imediato parte dessas características quem pesquisou em instituições de salvaguarda.

Com a possibilidade de pesquisa em acervos digitais cada vez mais acentuada, como lidar com os campos de descrição, com as caixas de buscas, com esse outro universo de campos e dados? Alguns desses termos podem soar até mesmo paralisadores.

Para tentar desatar esse nó, um primeiro passo seria o de tentar extrair os *dados* das magras linhas dos *campos* dos programas de catalogação (por exemplo, local, autor, data, idioma, ano e instituição de guarda); dados estes que foram preparados e atribuídos por técnicos, museólogos, arquivistas e bibliotecários. Um segundo passo seria o de converter esses *dados* em *informações*, de modo que possam não se tornar legíveis dentro de determinado cenário como tornar legível este mesmo cenário – cabe ao pesquisador estabelecer a lógica e desenvolver a investigação por trás desses registros.

Tomemos como exemplo a ficha catalográfica PT/TT/TSO-IL/028/03306, sob a guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, que corresponde ao processo de Paula de Sequeira. O *dado* de que a profissão de seu marido era contador se converte em uma *informação* histórico-social se considerarmos o contexto geográfico em que o crime de Paula se deu, uma das capitâneas principais do Brasil, o que pode ter aliviado, em certa medida, a punição da esposa. Outro dado é a acusação da posse do livro “proibido”. A conversão desse dado em informação seria, por exemplo, entender de que livro se tratava, qual seu conteúdo, a história do autor, enfim, todo um levantamento do cenário a fim de que mais se recrie uma certa atmosfera que só pode ser experimentada em uma consciência historicamente específica. (GUMBRECHT, 2014, p. 15)

Ao tratar de arquivos com documentos primários, talvez seja mais fértil e acertado pensar nele não como uma *fonte*, mas como uma *ponte* entre dados e informações, entre países, entre tempos e personagens.

DOCUMENTO: AMOR, HUMOR

Este artigo poderia ter se desenvolvido a partir da perspectiva analítico-literária de *Los siete libros de Diana* (1559), de Jorge de Montemayor, em aproximação com a peça *Os dois cavalheiros de Verona*, de Shakespeare, mas optei pela



orientação de Gumbrecht, ao tomar uma determinada mídia tecnológica, como as bases de dados, para observar como produzir intelectualmente a partir de documentos digitalizados.

Focando apenas na documentação da Inquisição de Coimbra, sob a guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, há processos contra 41 mulheres na faixa etária de 16 a 80 anos, cuja maior parte delas é acusada de “judaísmo”. No entanto, aparecem outras acusações que vão desde heresia, molinismo e feitiçaria a fingimento de visões e revelações. Para cada crime, acompanha uma série de penas variadas: prisão perpétua, degredo e açoite público *citra sanguinis effusionem*.

No entanto, em vez de afirmar que, até agora, a pesquisa recuperou 41 registros documentais, deve-se dizer que a pesquisa recuperou 41 mulheres. Não demora muito até que aquele papelório jurídico de requerimentos e processos, a princípio, distantes, assépticos, esmaecidos, se particularize em suas características subjetivas. A dimensão bidimensional da tela, na qual o documento está chapado, um igual ao seu seguinte, logo ganha corpo com seus dados, como nome, idade, vínculo, profissão, mas também com suas emoções, como aflição, astúcia, amor, humor e revolta - não é isto o que se vê quando Paula de Sequeira afirma que só não lê mais *Diana* porque já sabe “quase todo de cor”

Assim, me interessou, portanto, propor uma espécie de repertório para aproximar ou aprofundar nessa área. Segundo Diana Taylor (2013), o repertório permitiria o aparecimento de perspectivas alternativas dos processos históricos transnacionais de contato (50). Uma incursão etimológica pela palavra repertório é por si só esclarecedora: do latim, reúne a partícula *-re* seguida de *-parire*, dando ao termo um sentido de fazer nascer de novo, isto é, não se trataria de “descobrir”, como se fosse a primeira vez. Os verbos melhor aplicados seriam reencontrar, remapear, dar à luz a uma história que *já* está lá: a história de Paula de Sequeira, a história de Filipa de Souza. “Uma nova presença do passado”, como queria Gumbrecht, rastreada em acervos digitais.

À sequência de perguntas levantadas nos parágrafos anteriores ainda não têm respostas definitivas, mas duas apostas. A primeira é a de que a prática de pesquisa não deve perder a dimensão do ser humano. E a segunda é a de que se o arquivo para no tempo, é um tempo que para jamais – com a ambiguidade mesma do “para” funcionando aqui como preposição (para nunca mais) e como verbo (que não cessa de se repetir). A pesquisa no arquivo nunca é um resgate, descobrimento ou recuperação; é um tempo que não pode, não deve e nem tem como ser repetido porque se atualiza no rio-acontecimento dos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elizama; PEREIRA, Clara. Acervos literários digitais ou O pesquisador como artista: notas sobre uma caderneta de Clarice Lispector. Revista do Centro de Estudos Portugues, no prelo, 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp>>.

BATAILLE, Georges. O erotismo. Tradução: Fernando Scheibe. 1. ed. Rio de Janeiro: Autêntica, 2014.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: Um discurso sobre o colecionador. In: RUA de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOOM, Harold. Shakespeare: a invenção do humano. Tradução de José Roberto

O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FARDILHA, Luís de Sá. “Por cima das fronteiras: O caso de Jorge Montemor”. In: Península, Revista de Estudos Ibéricos, nº 4, 2007, pp. 95-103.

FARGE, Arlette. O Sabor do Arquivo. Tradução: Fátima Murad. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Materialidades da comunicação: viagem de uma intuição”, in Flora Süssekind e Tânia Dias (org.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita*, 2004. Rio de Janeiro, Edições: Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent.

_____. Atmosfera, ambiência, Stimmung: Sobre um potencial oculto da literatura. Tradução: Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

HAY, Louis. A literatura sai dos Archivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Ed.). Arquivos Literários. Tradução: Renato de Mello. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



MBEMBE, Achille (2002). “The Power of the Archive and its Limits”. In: HAMILTON, Carolyn et. al. (org). *Refiguring the Archive*. Cape Town: New Africa Books. Tradução de Camila Matos.

NEPOMUCENO, Luís André (2012). “Jorge de Montemor, um exilado português na corte espanhola”, in *Veredas*, v. 18: 31-52.

PORTELA, Manuel (2004). “Jerome McGann, *Radiant Textuality: Literature after the World Wide Web*”, in *Comparative Critical Studies I*, v. 3: 371-376.

SOUSA, Maria Clara Paixão, MONTE, Vanessa Martins (2018), Grupo de pesquisas Humanidades Digitais – Projeto Mulheres na América Portuguesa. Acesso em 20 de janeiro de 2021, no website <https://nehilp.prp.usp.br/~nehilp/HD/MAP/index.html>.

TAYLOR, Diana. O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas. Tradução: Eliana Lourenço De Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VAINFAS, Ronaldo (2004). “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”, in: Laura de Mello e Souza. (Org.). *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOTAS

¹ Sobre este assunto, o artigo “Prisões, Presigangas e Cadeias na Colônia”, da pesquisadora do Arquivo Nacional Viviane Gouveia, é esclarecedor. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5122&Itemid=373. Acesso em 21 de março de 2021.

² Sobre este assunto, o ICOM Portugal realizou no último 20 de janeiro o encontro Transformação Digital – Conferência em torno das recomendações do Grupo de Projeto Museus no Futuro, com Helena Barranha (IST-UL) e Ana Carvalho (CIDEHUS), e moderação de Alexandre Matos (Sistemas do Futuro).

Disponível em: <https://cutt.ly/ykeCsqf>. Acesso em 22 de março de 2021.

³ Informações estão disponíveis no relatório [Museums around the world in the face of covid-19](#), publicado em maio de 2020.

